



Patronato Municipal de Apucarana

Mostra Local de: Apucarana - PR

Categoria do projeto: Projeto em andamento

Nome da Instituição/Empresa: Patronato Municipal de Apucarana

Cidade: Apucarana - PR

Contato: patronatoapucarana@hotmail.com / (43) 3425-1511

Autor (es): Amanda da Costa Mattos, Lara Sessak, Bruna de Paula Balthazar, Criângela Rodrigues Assis, Ana Paula Gonçalves de Melo, Samira Elena Cassaro, Dayane Rodrigues de Freitas, Adrielle de Cássia Amâncio, Franciele Barbosa, Márcia Josefina Beffa, Latif Antonia Cassab, Adriana Salvaterra, Larissa Maruiti, Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula.

Equipe: Amanda da Costa Mattos, Lara Sessak, Bruna de Paula Balthazar, Criângela Rodrigues Assis, Ana Paula Gonçalves de Melo, Samira Elena Cassaro, Dayane Rodrigues de Freitas, Adrielle de Cássia Amâncio, Franciele Barbosa, Márcia Josefina Beffa, Latif Antonia Cassab, Adriana Salvaterra, Larissa Maruiti, Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula.

Parceria: A criação do Patronato Municipal foi uma parceria entre Poder Executivo Municipal, com o Poder Judiciário e a UNESPAR (Universidade Estadual do Paraná). O projeto conta com diversas instituições parceiras onde os assistidos da instituição cumprem a PSC, sendo estas públicas ou o terceiro setor.

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto: Objetivo 8

RESUMO

Palavras-chave: Criminalidade, assistência

INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA: O Patronato visa atuar sobre a questão da criminalidade, enfocando as possibilidades de diminuição da reincidência criminal, através da assistência jurídica, social, psicológica e pedagógica aos assistidos. O trabalho tem sua relevância em dois âmbitos. Para o sujeito, que retorna ao convívio social, fazendo-se perceber, enquanto cidadão, seus valores, seus direitos, deveres e garantias constitucionais; e para a



sociedade, que obtém diminuição do custo de um condenado em uma instituição prisional, pois este indivíduo está cumprindo sua pena e “restituindo” a comunidade através da prestação de serviço. Ainda, visa promover a reintegração social, garantir o cumprimento de seus direitos, criar condições para se evitar a reincidência e o ciclo da violência. Apesar do caráter punitivo das penas, o objetivo é que elas atuem de maneira educativa aos apenados. De acordo com Santos (2003), é fácil dizer que “bandido” tem de morrer, que toda culpa é do “bandido”, o difícil é cobrar do Estado o respeito à lei e a garantia de acesso universal aos direitos humanos. Neste raciocínio, minimizar o problema dos presídios no país implica em um trabalho comprometido com a parte que lhe é possível dentro da complexidade do fenômeno da criminalidade. Esta parte no Sistema Penal é a reintegração do indivíduo em conflito com a lei ao convívio cidadão e a diminuição da reincidência, o que vem de encontro aos objetivos do Patronato. Com o passar do tempo, as práticas de exclusão vão se atualizando, e segundo Santos (2003), vão sendo criadas em nome de “tratar” o comportamento daquele que delinqüiu, “recuperar” sua personalidade, “salvar” sua alma do “coitado” que não sabe o que faz, ou simplesmente “punir” o terrível que é diferente de mim. Para a autora, práticas de exclusão, são todas dinâmicas humanas compreensíveis, mas como atividade profissional são fracasso e incompetência. Desta maneira trabalhos que partam de princípios moralistas e conservadores se distanciam de princípios éticos e profissionais. Santos (2003), também afirma que tendemos a acreditar na busca de soluções como norteadora de nossas ações, mas normalmente as procuramos onde elas não existem, ou ainda, só as aceitamos se forem definitivas, não nos satisfazendo com soluções parciais, este ciclo caracteriza a relação do homem com o outro como uma fonte de sofrimento, onde ele espera o alento, a resolução, as respostas, e acaba encontrando outro em igual condição de busca, incapaz de atender suas expectativas. Desta forma não se pode perder de vista que ao lidar com seres humanos estamos sujeitos a desejos diversos e divergentes, e assim o Patronato de Apucarana se propõe a realizar um trabalho pautado em condições e expectativas reais para um trabalho efetivo e eficaz.

2. OBJETIVO GERAL: Prestar atendimento aos assistidos em progressão para o regime aberto, com condenação em PPL (Pena Privativa de Liberdade) de cumprimento em regime aberto ou condenação a penas alternativas que se apresentam ao Patronato Municipal de Apucarana, bem como fiscalização e acompanhamento do cumprimento das penas. Atuando na redução da reincidência criminal e de conflitos sociais, intervenções em questões pontuais como o uso e abuso de drogas ilícitas, a violência doméstica e familiar entre outras questões que se destacarem no cotidiano institucional, além de ações reflexivas, responsabilizadoras e educativas buscando mudanças de conduta social dos assistidos e conseqüente restauração da cidadania.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estabelecer um serviço humanizado de referencia aos municípios atendidos pelo Patronato Municipal de Apucarana; Acompanhar, implantar



e fiscalizar os assistidos cumpridores de alternativas penais; Acompanhar os assistidos que obtiveram a progressão de regime semiaberto para o regime aberto a fim de cumprir as condições pré-estabelecidas na sentença; Acompanhar os assistidos condenados à pena privativa de liberdade em regime aberto; Buscar junto à sociedade, através da sensibilização, parcerias para o atendimento integral do usuário; Elaborar e aplicar projetos de grupos interventivos no que cerne a questão de violência doméstica e familiar, redução de danos em relação a drogas, e outros que demandarem. Estabelecer vínculo com a rede de atendimento social dos Municípios atendidos. Propiciar a formação de estagiários de Serviço Social, Psicologia, Direito e Administração nas suas respectivas áreas de formação. Escrever e apresentar e/ou publicar em revistas/eventos, artigos acadêmicos sobre os temas abordados no cotidiano de trabalho.

4. ORÇAMENTO: Os recursos financeiros foram cedidos em grande parte pela prefeitura municipal, contando também com recursos da UNEPAR campus Apucarana, bem como com o apoio Poder Judiciário, do Conselho de Segurança e do Conselho da Comunidade. Recentemente o Patronato Municipal de Apucarana conta com um fundo próprio, onde são depositadas as penas pecuniárias.